

FÓRUM NACIONAL DE RESIDENTES EM SAÚDE COMO ESPAÇO POLÍTICO NAS RESIDÊNCIAS: DESDOBRAMENTOS E CONQUISTAS

Saúde pública; Participação social; Sistema único de saúde; Movimentos sociais

Introdução

A formação no âmbito das residências em saúde é orientada por normativas que valorizam a integração ensino-serviço-comunidade, o fortalecimento do Sistema Único de Saúde (SUS) e incentivam a participação de residentes em instâncias colegiadas e de controle social do SUS, contribuindo para o protagonismo desses profissionais no processo de formação e qualificação das residências em saúde. Nesse contexto, o Fórum Nacional de Residentes em Saúde (FNRS), criado em 2005 durante o Fórum Social Mundial (FSM), configura-se como uma estratégia potente neste processo formativo crítico, social e político do profissional da saúde, com a intenção de compartilhar experiências, garantir melhores condições de trabalho e de formação educacional nas residências em saúde, bem como promover a qualidade de vida dos residentes em saúde do Brasil e propor ações em defesa do SUS. No entanto, observa-se que residentes frequentemente encontram barreiras institucionais, políticas, estruturais e identitárias para participação nesses espaços, mesmo diante das normativas recentes que reconhecem sua relevância, como a Política Nacional de Residências em Saúde (PNRS). Este trabalho tem como objetivo evidenciar a importância do envolvimento dos residentes em movimentos sociais na luta pela garantia de direitos, compreensão de políticas públicas de formação em saúde, condições de trabalho e direitos dos residentes.

Métodos

Foi utilizada a análise temática reflexiva (ATR), uma abordagem qualitativa, compreendida como um processo ativo e interpretativo, no qual os temas são construídos a partir da interação entre autor e dados. A análise foi desenvolvida de forma indutiva, dialogando marcos relacionados às residências em saúde, ao FNRS com as percepções e experiências das autoras.

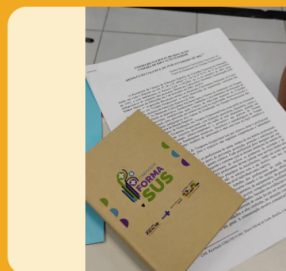
Resultados / Discussão

Foi possível compreender que ocupar espaços políticos vêm sendo um desafio significativo para os residentes, que se encontram inseridos em uma carga horária de trabalho de 60 horas semanais, contribuindo para a exaustão e adoecimento desses profissionais da saúde e estudantes, os afastando de demandas que envolvem tempo, disposição, responsabilidade e diversas abdicções como exigem os movimentos sociais. A continuação da existência do FNRS, por si só, representa um ato de resistência. Espaços políticos como a Comissão Intersetorial de Relação de Trabalho e Educação na Saúde (CIRTES) e a Comissão Nacional de Residências em Saúde (CNRMS), foram conquistados durante os mais de 20 anos de lutas travadas pelo FNRS, com o protagonismo do Movimento Nacional de Residências em Saúde (MNRS), representando uma parcela dos avanços advindos de diálogos, paralisações e diferentes intervenções associadas ao movimento.

Considerações Finais

o FNRS fortalece o papel de sujeitos de transformação do SUS dos residentes em saúde, dá voz àqueles que sustentam o Sistema Único de Saúde e evidencia o embasamento teórico-político, as potencialidades, as capacidades, a resistência e a força que pode ser construída através do coletivo, com a soma das reflexões associadas às renúncias, desistências e entraves associados ao processo formativo das residências e seus atravessamentos. Os residentes são parte de um processo formativo que integra saúde, educação, território e luta e atuam nas frestas do sistema, vivenciando os impactos das políticas públicas e suas lacunas, nos corpos e nos territórios.

Imagens Anexas



Referência Bibliográfica

Gavião, Bruno Gonçalves. CONSTRUINDO RESISTÊNCIA FRENTE À PANDEMIA : o Fórum Nacional de Residentes em Saúde na luta por uma formação no e para o SUS de qualidade / Bruno Gonçalves Gavião ; orientador, Keli Regina Dal Prá, 2022. JOSÉ DOS SANTOS FILHO, Enildo; SAMPAIO, Juliana; BRAGA, Lucineide Alves Vieira. A avaliação de um programa de residência multiprofissional em Saúde da Família e a comunidade sob o olhar dos residentes. Tempus – Actas de Saúde Coletiva, [S. l.], v. 10, n. 4, p. Pág. 129-149, 2017. DOI: 10.18569/tempus.v1i1.2245.